

Despacho de encaminhamento do Processo de Cbex ao MP/TCU (via Seproc/Scbex)

Cbex: 021.002/2020-7

Tipo: Débito e Multa

Autuado o presente processo de cobrança executiva de débito e multa, organizada a documentação a ser encaminhada ao órgão executor/entidade executora e, promovido o registro no Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas irregulares – Cadirreg, de que trata o art. 1º, §3º, da Resolução TCU – 241/2011, encaminhe-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, via Scbex/Seproc, para fins previstos no art. 81, inciso III, da Lei 8.443/1992.

Responsável	Data do trânsito em julgado (individualizada)	Acórdão
Domingos Sávio da Costa Torres	03/06/2020	891/2018-TCU-2C - Condenatório 4086/2018-TCU-2C – Embargos de Declaração 11370/2019-TCU-2C – Recurso de Reconsideração 611/2020-TCU-2C – Embargos de Declaração

2. Consulta ao SISGRU revela que o responsável não recolheu a íntegra nem qualquer parcela do débito ou da multa.

3. Na contagem do prazo de 15 dias para fins de trânsito em julgado da condenação imposta ao responsável, cujo procurador foi notificado em 17/3/2020, descontaram-se os dias entre 20/3/2020 e 20/5/2020, período em que “os prazos processuais no âmbito do TCU” estiveram suspensos por determinação da Portaria 61/2020, publicada no BTCU Administrativo 54, de 20/3/2020, e da Portaria 71/2020, publicada no BTCU Administrativo 72, de 17/4/2020.

4. Informa-se, por oportuno, que compete à Advocacia Geral da União/Procuradoria Geral da União (AGU/PGU) promover o lançamento dos registros pertinentes no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), conforme disposto no art. 2º da Decisão Normativa-TCU 126,

de 10/4/2013. Assim, propõe-se ao MP/TCU que insira, no ofício de encaminhamento da documentação à AGU, o alerta quanto à necessidade de se fazer os registros cabíveis no Cadin.

Scbex, em 10 de junho de 2020

(Assinado eletronicamente)

Cristiane L. Holmes Burity

TEFC – Matr. nº 3360-0